

---

## INSTRUÇÃO ESCOLAR FEMININA (1889-1899)

**Rossana Kess Brito de Souza Pinheiro**  
NUPED/UERN  
rossanakpinheiro@hotmail.com

Quando nasci um anjo esbelto, desses que tocam trombeta, anunciou: vai carregar bandeira. Cargo muito pesado pra mulher, esta espécie ainda envergonhada. (Adélia Prado, 1991).

O estudo em questão objetiva trazer a lume a educação das mulheres em Natal, entre os anos de 1889 e 1899, privilegiando a instrução escolar destinada às mulheres na configuração dada. Utilizamos como fonte o jornal *A República* acessados nos arquivos públicos e privados da cidade, assim como a legislação educacional e a literatura que circulava no período em foco. Uma abordagem baseada na História Cultural e no paradigma indiciário permitiu uma análise mais aproximada das práticas educativas que vigoravam no século XIX, em uma cidade com dois bairros e pouco mais de dez mil habitantes. A busca pela educação das mulheres nos fez olhar para dentro das escolas femininas e, através das disciplinas propostas nos regulamentos estaduais e nos anúncios das escolas privadas, vislumbrarmos a sintonia desta instrução escolar com um discurso social que pretendia um ideal de mulher, de família e de sociedade.

O debate educacional promovia discussões em torno do que deveria ser os cidadãos e os educadores dos futuros cidadãos. A elegância, os bons costumes, o patriotismo e a civilidade eram valores que buscavam, por meio da educação, forjar uma modernidade atrelando-a a idéia de república. (VEIGA, 2000, p.397-422).

Em 1892, ressoava em Natal o discurso dos intelectuais e teóricos da educação brasileira. No jornal *A República*, esse discurso é relacionado com os anseios e expectativas do recente governo republicano que se organizava depois de dois anos de incertezas políticas sob a administração de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Esse discurso revela o sentido que a instrução assumia no século XIX, na cidade de Natal.

A transformação desse ramo do serviço público deve ser o primeiro cuidado de um governo patriótico e nacional, porque, como bem disse José Veríssimo, o único meio de criar um caráter brasileiro, uno e reto, e a força capaz de manter a coesão nacional. (A REPÚBLICA, 27/02/2003).

A solução para se chegar a esse esforço nacional de desenvolvimento, progresso e organização da federação foi estabelecer contínuas reformas da instrução pública no Brasil. O Rio Grande do Norte reorganizou o ensino a partir de decretos que adequassem o ensino às necessidades e possibilidades do momento. As incertezas políticas nos dois primeiros anos da República fizeram escoar os anos de 1890 e 1891 sem grandes alterações relativas ao ensino. (ARAÚJO, 1982, p.109).

Com poucos recursos para viabilizar o ensino, a solução encontrada foi suprimir cadeiras de instrução primárias e a transformação de algumas em cadeiras mistas. Em termos econômicos a solução foi eficaz: menos cadeiras, menos recursos. O decreto n. 15 de 03 de março de 1890 garantia a supressão de cadeiras onde houvesse mais de uma. (Leis e Decretos do Estado, 1889-1895).

A política de disseminação da instrução na República materializou-se no Estado do Rio Grande do Norte através das aulas particulares e a Reforma de 1892 trazia em seu Artigo 1º a composição dos graus de ensino do estado: primário, secundário e normal. Tornou obrigatória uma cadeira do sexo feminino em cada cidade, assegurando liberdade ao ensino particular, desde que atendesse a alguns critérios: comunicação prévia ao Diretor Geral da Instrução Pública declarando o nome do proprietário e Diretor, sua denominação e o local em que funcionariam, os mapas circunstanciados da matrícula e frequência, indicados os nomes, idades, naturalidades e classes dos alunos e certificado das boas condições higiênicas do edifício, passado por uma autoridade competente. (RIO GRANDE DO NORTE, 1895).

O currículo do ensino primário das escolas públicas se organizava de acordo com o Artigo 36, que trazia *Leitura e Escrita, Aritmética Elementar, Geometria Elementar e Desenho Linear, Lições de Coisas, Noções de Geografia e História do Brasil, Gramática Nacional, Educação Moral e Cívica, Elementos da Música, Ginástica, Trabalhos Manuais*, compreendendo os trabalhos de agulha para o sexo feminino, para ser ministrado em duas classes. (RIO GRANDE DO NORTE, 1895).

A pedagogia oitocentista emerge como formadora da sociedade no sentido de ordená-la rumo ao desenvolvimento das nações. O regime político inaugurado no Brasil em 1889 trouxe consigo palavras como democracia, federalismo e educação. Esse discurso objetivava o desenvolvimento e a superação do atraso econômico do país e estava no centro das discussões políticas e intelectuais. Na República se fortalecia a idéia de que, pela multiplicação das instituições escolares e a disseminação da educação, seria possível fazer com que o Brasil entrasse no caminho das grandes nações.

Ao mesmo tempo, A educação buscou na paridade o reconhecimento do papel da mulher nessa sociedade. Projetou-se, dessa forma, uma educação própria do feminino separada do contexto masculino e singular ao exercício das mulheres na engrenagem social. (CAMBI, 1999).

As mudanças na educação sempre estiveram atreladas às mudanças sociais. E se não percebemos no período em estudo uma modificação no plano ideológico, pois a organização republicana também percebia a mulher no âmbito privado, percebemos algumas táticas por ela utilizadas na ampliação curricular oferecida nas escolas privadas que incluía o ensino de língua estrangeira, o que possibilitava um acesso maior à leitura.

O aumento significativo de salas de aula particulares para mulheres no setor privado, expresso nos anúncios encontrados, revela a contribuição desse setor social à uma educação emancipatória para as mulheres natalenses. Falar de emancipação nesse sentido é falar de um momento histórico específico em que, mesmo educando e sendo educadas para o lar, as mulheres eram professoras, escritoras e dividiam o espaço público com os homens na pequena Natal, com 13.725 habitantes. (A REPÚBLICA, 13/03/1899).

Estas mulheres aparecem nas fontes analisadas relacionadas ao discurso republicano carregado do ideal filosófico positivista que faz da ordem a condição do progresso, e do progresso, a meta da ordem. Neste contexto, sua importância para o projeto pedagógico republicanos é a de organizara da sociedade, a partir da família e da educação de primeiras letras, na direção de uma sistematização da moral. Para tanto, a educação escolar destinada às mulheres tinha por finalidade atender a esse projeto social e prepará-las para atribuições no lar e na sociedade, assumindo a função de educadoras dos futuros cidadãos. E como era essa educação?

No início do ano civil, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, as instituições privadas de Natal publicavam anúncios nos jornais, como *A República*, sobre o início das aulas, o preço das mensalidades, as disciplinas ministradas, a forma de organização do currículo e características gerais de funcionamento das escolas. A partir desses indícios foi possível delinear um quadro programático dessa educação no final do século XIX em Natal.

No ano de 1894, o *Colégio de Nossa Senhora da Apresentação* pôs no jornal *A República* anunciava os conteúdos curriculares a serem trabalhados. Eram Português, Francês, Alemão, História, Geografia, Aritmética, Princípios da Geometria, Desenho, Música, Piano e Trabalhos Manuais. Era uma escola particular de instrução primária e secundária para o sexo feminino e referendava-se pela prática de ensino da diretora, Adelina da Silva Leitão, em

diversas escolas de Niterói, ao lado de sua vice, Mena de Andrade Melo. No anúncio comprometiam-se a promover o adiantamento das moças nos diferentes ramos do ensino, mas baseados nos verdadeiros princípios da moral e da religião cristã. Seu programa seguia os parâmetros modernos da educação com a inclusão dos exercícios físicos como parte da instrução. (A REPÚBLICA, 03/02/1894).

O que caracterizava o ensino nessas instituições era um currículo que priorizava a educação da mulher para além do ler, escrever e contar. O objetivo era também ensiná-las traquejo social e a assumir boa representatividade junto ao esposo. Esses anseios sociais faziam com que as escolas destinassem às moças, além dos conteúdos instrucionais, a música, as línguas estrangeiras e as habilidades domésticas, formando-as para serem anfitriãs perfeitas, esposas dedicadas e mães ideais.

Os trabalhos de agulha, as flores, os bordados eram conteúdos imprescindíveis à boa formação de meninas. A disciplina Trabalhos Manuais cumpria, neste contexto, uma educação estética que envolvia as habilidades manuais, os cantos e a dança, presentes no cotidiano das salas de aula. Uma educação que figurava como parte fundamental de uma formação integral para a mulher, útil à família e ao lar.

Gondim (1910, p.24-25) propõe que a moça em sua puberdade deve cultivar as belas artes, particularmente a música, e aprender línguas estrangeiras, abstendo-se dos “romances realistas” considerados pela autora “leituras perniciosas”. Além disso, as moças deveriam dedicar-se aos trabalhos manuais, necessários à formação de uma boa dona-de-casa.

O trabalho, cujo hábito tereis adquirido e que em outro tempo vos era conveniente, logo vos será sobre modo necessário, não obstante quaisquer bons auspícios de riqueza que existam no casal. Sem a vossa zelosa e ativa superintendência em todos os arranjos domésticos, jamais terão eles a ordem e boa direção que traz à família prosperidade. (GONDIM, 1910, p.47)

Como se vê a educação das moças nas escolas da capital atendia às expectativas educacionais dos intelectuais e formuladores da educação brasileira no período investigado.

Ao compararmos os programas de ensino do *Colégio Particular Natalense* com o do *Colégio Natal*, percebemos como era forte a tendência das artes estéticas na educação das moças. Mesmo com uma diferenciação no leque de disciplinas ofertadas, em essência forjavam o mesmo modelo feminino. Enquanto o *Colégio Particular Natalense* desenvolve as primeiras letras, trabalhos de agulha e noções de música, o *Colégio Natal*, ampliava a formação das meninas com outras disciplinas como Religião, História e Aritmética.

Além disso, as professoras que ofereciam seus cursos em anúncios nos jornais procuravam conquistar a credibilidade social para suas cadeiras, apresentando-se como egressas da instrução pública, relacionando seus cursos particulares com os cursos da escola pública e ministrando suas aulas de acordo com o regulamento da instrução pública primária. Este indício nos leva a pensar que o ensino oferecido pelo Estado era melhor referência que o particular. O anúncio colocado pela professora Maria Luiza de França se constitui em um desses indícios.

De volta a esta cidade propõe-se ensinar particularmente todas as matérias exigidas pelos Regulamentos de Instrução Pública Primária a meninos de ambos os sexos, para cujo fim tem estabelecido sua escola no Bairro da Ribeira, desta cidade, r. Formosa n. 22, garantindo aos pais de família zelo e dedicação pelo adiantamento dos filhos que dignarem-se confiar sua educação. (A REPÚBLICA, 07/04/1894).

Os colégios ou aulas mistas, para meninos de ambos os sexos, ainda eram uma novidade. No levantamento que fizemos nas fontes pesquisadas, esse tipo de aula era uma realidade apenas no ensino privado. Apesar da co-educação, que durante toda a Primeira República era objeto de discussão, tendo em vista os riscos de aproximação entre os sexos, esta medida acabou sendo adotada mais por questões econômicas.

Primeiramente, em escolas localizadas em municípios distantes da capital e dos centros urbanos mais importantes, depois ampliadas para todas as cidades. A medida além de ampliar o acesso das meninas à educação pública permitiu às professoras maior espaço para o exercício do magistério. No Rio Grande do Norte, a supressão e transformação de algumas cadeiras masculinas ou femininas da instrução primária em cadeiras mistas, pelo Decreto n. 15 de 03 de março de 1890, anteriormente citado, iniciou o processo de co-educação no Estado.

As escolas mistas existiam, sobretudo, nas cidades mais afastadas dos centros urbanos, como Macaíba, a cerca de 30 km da capital. No ano de 1897, o Delegado Escolar, Francisco de Albuquerque Mello, encarregado pela Diretoria Geral de realizar visitas periódicas aos estabelecimentos de ensino da cidade citada, relata sua visita a uma escola feminina de primeiras letras mantida pela Intendência de Macaíba. Gerenciada pela professora Maria Emília Botelho Lins, a casa onde funcionavam as aulas estava em ordem, atendendo aos padrões de higiene com uma boa circulação de ar e limpeza. Atendendo a vinte e nove alunos de ambos os sexos a sala pareceu ao Delegado Escolar pequena e inadequada, no entanto, com

---

aulas que atendiam aos regulamentos do ensino, comprovando a dedicação e competência da citada professora.

Em ordem, guardadas as necessárias distinções os alunos mantinham o mais severo silêncio, em atitude de respeito exemplar: os meninos liam em voz baixa, estudando; as meninas, entregues aos trabalhos de agulhas, bordando delicadas ramagens. Não querendo, porém me deixar levar pelas aparências, aliás as mais animadoras, procedi a um ligeiro exame em alguns alunos, observando então o aproveitamento resultante da solicitude e dedicação da professora, que quanto pode, me pareceu desempenhar os seus misteres de educadora. (A REPÚBLICA, 25/03/1897)

A competência da professora no seu trabalho já havia sido elogiada publicamente, através do jornal *A República*, pelo Diretor de Instrução Pública, professor Pinto de Abreu, pelo estado de asseio e ordem como encontrou a escola. Nesse mesmo exemplar é publicada a admoestação e multa a ser paga pelo professor da escola masculina, João Joaquim de Salles e Silva, também da mesma cidade, em reprimenda pela desordem e sujeira encontrada pelo Diretor.

O Doutor Diretor Geral da Instrução Pública, tendo ultimamente visitado a escola primária do sexo masculino da Cidade de Macaíba, onde encontrou falta absoluta de asseio e ordem resolve, de conformidade com o preceito do Art. 63 do Regulamento que baixou com o decreto n. 60 de 14 de fevereiro último, admoestar o respectivo professor, cidadão João Joaquim de Salles e Silva. Remeta-se cópia do presente ato do professor e publique-se pela folha oficial Diretoria 1º de agosto de 1896. (A REPÚBLICA, 04/08/1896)

Esses acontecimentos ratificavam os discursos da vocação natural da mulher para o cuidado com as crianças. Segundo esses discursos, a mulher era dotada de mais coração e ternura a fim de contribuir para o desenvolvimento moral e intelectual dos futuros dirigentes da nação. No espaço público e privado, era responsabilidade da mulher exercer uma influência benéfica que contribuiria para a moralização da sociedade. Ela não seria apenas a educadora das crianças, mas deveria ser um exemplo de conduta para toda a sociedade.

A educação é o que constitui a formação moral do homem; lhe aperfeiçoa as faculdades, impele as suas ações para o bem, e molda-lhe o procedimento durante a vida, formando-lhe o caráter; a vós compete dirigir a de vossos filhos em sua primeira fase, e assim traçar-lhes a carreira na sociedade, em cujo meio serão tanto mais considerados, quanto melhor lhe tenha sido a educação. (GONDIM, 1910, p.66)

---

Isabel Urbana de Albuquerque Gondim escreveu este livro, intitulado *Reflexões às minhas alunas*, em 1874, destinando-o à educação nas escolas primárias do sexo feminino. Professora da instrução pública em Natal,

A preocupação da mais antiga escritora residente no Estado consistia em orientar a educação da mocidade. Notando a falta de um livro em Língua Portuguesa, destinado à educação da mulher, resolveu aproveitar-se dos conceitos do Sr. Padre Roquette e Visconde d'Almeida Garrett, 'esses dois grandes vultos da literatura moderna, distintos amigos da humanidade' e escreve 'Reflexões às minhas alunas'. (MORAIS, 2001b, p.20),

Entre os conselhos dessa escritora está como deve ser o comportamento da menina para com os seus mestres, como também o papel da mãe na educação de suas filhas, para que estas respeitassem os mais velhos e os mestres. Respeito e dignidade são valores que devem ser adquiridos na tenra infância e passados de mãe para filha. Essas eram características que estavam presentes tanto na educação escolar como na educação desenvolvida para além desse espaço específico.

A base de argumentação que relacionava maternidade, domesticidade, abnegação e sacerdócio aliavam-se à demanda advinda do aumento quantitativo de escolas femininas e alocava a mulher como a mais apropriada para um melhor desempenho educacional no país.

Em 1897 a Intendência Municipal do Rio de Janeiro delega exclusividade às mulheres na instrução primária de ambos os sexos. Essa atitude inicia no Brasil “a progressiva e bem sucedida emancipação da mulher”, pelos processos utilizados em países europeus. As vantagens econômicas e sociais de tal medida são colocadas no jornal *A República*, pois além de ser uma tentativa de fazer algo “em prol dos confiscados direitos femininos”, assegura também resultados práticos e úteis na melhoria do ensino elementar, posto que “a experiência em toda parte do mundo tem verificado ser o homem incapaz de exercer” com resultados tão positivos esse tipo de instrução.

Está provado que à mulher é muito mais fácil, pela maior intensidade dos seus sentimentos afetivos, encaminhar as inteligências infantis e bem formar os corações humanos nessa primeira quadra em que a fraqueza da razão facilita às crianças a aquisição de hábitos condenados em prejuízo do caráter público e privado do futuro cidadão. (A REPÚBLICA, 13/05/1897).

Apesar de iniciar seu escrito exaltando o avanço em favor do feminismo “que encerram” tais leis federais, dada a seriedade e o alcance social das mesmas, este artigo propõe que as idéias feministas introduzam-se na sociedade,

não pelo postigo carunchoso das pretensões incabidas e inviáveis para a concorrência dos sexos no prélio agitado e estafante da política, mas pela porta larga do exercício profissional, honesto e inteligente, por parte das mulheres, naquelas modalidades dos conhecimentos humanos em que a sua natural organização melhormente assegura resultados práticos, vantajosos e úteis. (A REPUBLICA, 13/05/1897).

No universo de uma política que se organizava em torno de valores como moralidade, sacrifício, progresso e desenvolvimento, as mulheres, seja educando, seja sendo educadas, legitimavam um modelo social baseado no privado, no doméstico e no cuidado materno. Uma sociedade que se queria civilizada pela educação e que percebia nessa educação uma maneira eficaz de formação das almas.

No limiar do século XIX, a educação era percebida em Natal não apenas como uma instrução enciclopédica restrita a livros e conteúdos formais. Uma educação mais ampla representada na disciplina Trabalhos Manuais constante do currículo escolar das mulheres buscava, por meio da educação feminina, os aspectos relacionados com a sociabilidade, com uma educação estética e plurilingüística em uma cidade que acompanhava pelos impressos o sentido de urbanidade que iria impregnar o século XX.

Uma sociedade que trazia a marca do cristianismo, o culto à figura de Maria, o modelo mariano de virtude, a moral católica e uma tendência das professoras a implantar estes princípios no seio das suas práticas educativas. Isto em um momento de expansão do ensino no Rio Grande do Norte deixou marcas indeléveis na educação de base por meio de mulheres que se apresentavam, seja em fórum público ou privado, sempre na relação com o cuidado materno. A relação entre este cuidado materno, educação e trabalho feminino no final do século XIX faz com que este gênero passe a ser a referência na função de educar a sociedade dentro e fora do lar.

A instrução feminina no século XIX, portanto, aponta, em nossas análises para o trabalho escolar da professora como um motor de prosperidade na sociedade ao lado do trabalho doméstico da mãe-esposa como motor de prosperidade na família. E ambas se afirmavam (ou eram afirmadas) como educadoras do final do século XIX em Natal, dos futuros cidadãos da República norte-rio-grandense.

---

## Referências

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte:** da colônia à primeira República. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Educação), 1982.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Educando mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: possibilidades e tendências. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, Natal. *Anais...* Natal: NAC/UFRN, 2002. 1 CD-ROM.

GONDIM, Isabel. **Reflexões às minhas alunas.** Para educação nas escolas primárias do sexo feminino oferecida ao Governo dos Estados Unidos do Brasil. 3.ed. Natal: Tipografia de A. Leite, 1910.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Isabel Gondim:** a educação enquanto prática de vida. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). *A mulher em nove versões.* Natal: EDUFRN, 2001b. p. 13-28

PRADO, Adélia. **Poesia reunida.** São Paulo: Siciliano, 1991.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.